

# CONSTRUINDO IDENTIDADE: O LIVRO ESCOLAR EM MATO GROSSO (1900-1930)

APARECIDO BORGES DA SILVA\*

[cidoborges@gmail.com](mailto:cidoborges@gmail.com)

NICANOR PALHARES SÁ\*\*

[palhares@ufmt.br](mailto:palhares@ufmt.br)

## 1. Introdução

O estudo da história dos livros didáticos, especialmente da disciplina escolar História, parece algo bastante recente na historiografia brasileira. Este tipo de análise só se tornou uma prática corrente a partir da década de 1970, abordando principalmente “o papel do livro didático no processo ensino-aprendizagem” (ANDRADE, 2002: 01).

Segundo Fernandes (2005: 121),

*essa renovação teórico-metodológica se fez sentir, também, no âmbito da História da Educação com a introdução de novos temas e objetos de pesquisa, a saber: a história do ensino e a constituição das disciplinas escolares, o livro escolar e as práticas de leitura, as questões relacionadas ao gênero, à infância e aos grupos étnicos, entre outros.*

Esse processo de introdução de novos temas e objetos de pesquisa é percebido, também, na produção historiográfica brasileira que, a partir da década de 1970, passa a apoiar-se nas tendências da *Nouvelle Histoire* e na História Social Inglesa. Resultado disso são as profundas reformulações conceituais e epistemológicas que “elegeram como objeto de estudo temas relativos ao cotidiano, à vida privada, às mentalidades coletivas, ao imaginário e às representações sociais de segmentos até então desprezados pela dita ‘História oficial’” (FERNANDES, 2005: 121).

Dentro dessas novas temáticas abordadas, destacam-se os grupos de pesquisa que estudam a história do livro didático no Brasil, por exemplo: o *Projeto Livres (Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros – 1810/2005)*, coordenado por Circe Maria

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

\*\* Doutor em Educação pela Pontifícia universidade Católica de São Paulo, Professor Associado da Universidade Federal de mato Grosso.

Fernandes Bittencourt, que pretende mapear toda a literatura didática existente no país desde 1810 até 2005, contemplando as diferentes disciplinas do currículo escolar, bem como a constituição de uma “Biblioteca do Livro Didático”, no âmbito do Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo (USP). Há, também, o *Projeto História das Disciplinas Escolares e do Livro Didático*, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordenado por Kazumi Munakata. Além desses, há importantes bancos de dados sobre produção didática em diferentes países do mundo, entre os quais se pode citar: *Banque de données Emmanuelle – INPR*, com toda produção nacional francesa desde 1789 e o *Centro de Investigación MANES – Manuales Escolares* (Espanha).

Observa-se que o livro didático adquiriu uma “dimensão transnacional” (FERNANDES, 2005: 124), ou seja, ele é tido como objeto de estudo não somente no Brasil, mas em diversas partes do mundo.

Neste contexto, o presente trabalho busca desenvolver uma análise sobre o livro didático de História de Mato Grosso, vislumbrando a sua importância como documento, fruto de seu tempo, que abarca parte da memória do povo mato-grossense. A pesquisa sobre a temática demonstra que são incipientes os trabalhos que analisam a construção da identidade mato-grossense no contexto do livro didático de História de Mato Grosso, o que demonstra a necessidade de investigações básicas sobre esse importante tema.

Na busca dos principais livros utilizados nas salas de aulas de Mato Grosso à época da República Velha, adotou-se como metodologia o levantamento e a análise crítica das fontes disponíveis nos arquivos das mais antigas escolas do estado, no acervo do Arquivo Público de Mato Grosso e os documentos e obras do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

O recorte temporal (1900-1930) justifica-se por abranger o momento histórico do início da produção de trabalhos que visam à formação de uma identidade regional mato-grossense; a busca por fortalecer o sentimento de pertencimento, enfatizando a importância histórica de Cuiabá e Mato Grosso pelos intelectuais da época, culminando na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) e a

Academia Mato-grossense de Letras (1921), importantes difusores da cultura mato-grossense.

Nesse sentido, entende-se a necessidade de um estudo que interprete o livro didático como um documento e não somente como um instrumento de manipulação, transmissor de estereótipos e valores dos grupos dominantes. Acredita-se que o livro didático seja muito mais do que um amontoado de folhas e caracteres agrupados em um só corpo: “o livro didático é uma forma de ter a memória impressa” (BAIRRO: 01).

### **1. O livro didático**

Na atualidade, ao lado de veículos de comunicação como a televisão, a internet, os jornais e o cinema, o livro didático pode ser considerado uma importante ferramenta para a transmissão de conhecimento e cultura. No entanto, a sua função instrutiva não é a única a receber destaque nas pesquisas científicas. Os interesses políticos e econômicos incorporados nos livros didáticos, também, passam a receber cada vez mais atenção de vários pesquisadores no Brasil e no exterior.

Para Bittencourt (2004: 71), o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas”, ou seja, ora é visto como uma mercadoria, por isso sujeito à lógica do capitalismo, ou como um depositário dos conteúdos escolares, que sistematiza os diversos conhecimentos elencados pelas propostas curriculares. Ora visto, também, como um instrumento pedagógico, no qual se encontra uma série de técnicas de aprendizagem (exercícios, questionários, sugestões de trabalho), ou como um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, que transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes.

Para Choppin (2004: 553), além das múltiplas facetas, o livro didático assume “múltiplas funções”, sendo elas: a função referencial (o livro didático torna-se uma referência para elaboração de currículos ou programas); a função instrumental (o livro didático propõe métodos de aprendizagem, exercícios e atividades); a função ideológica e cultural (o livro didático é transmissor de valores e, em certos casos, de doutrinação das jovens gerações); e a função documental (o livro didático é documento e, também, objeto de pesquisa).

No que diz respeito à transmissão de valores, “cada sociedade teria [...] seus próprios referenciais para determinar que conhecimentos poderiam ou não, deveriam ou não ser eleitos para fazer parte do conjunto dos saberes a serem transmitidos pela escola” (FONSECA, 2006: 17). É importante entender que o grupo social envolvido na seleção desses saberes usa a escola e uma série de artifícios – e o livro didático é parte dessa série – como forma de perpetuar suas ideologias. Dessa forma, “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas” (CHOPPIN apud BITTENCOURT, 2004: 69).

Para Munakata (1997:84), “o livro didático é um artefato de papel e tinta, costumeiramente utilizado em situações didáticas”. Porém, acrescenta que,

*[...] não são meramente idéias, sentimentos, imagens, sensações, significações que o texto possa representar. Nem tampouco é o texto em abstrato, pois esse texto de que as pessoas normalmente vêem apenas idéias, sentimentos, imagem, etc., é constituído de letras (confeccionadas com tinta sobre o papel) segundo uma família de tipo (ou face de tipo ou fonte), que lhes dá homogeneidade.*

Ribeiro (2009: 01), acrescenta que o livro didático pode tomar proporções ideológicas e culturais. Para ele,

*o livro didático como fonte de investimento e de preocupações tem suscitado debates dentro e fora das instituições educacionais sobre a sua relevância na construção de identidades e ideologias. É um objeto rico de pesquisa por ser um espaço privilegiado de disputas políticas, uma vez que este é sempre questionado por omissões, produção de caricaturas de personagens históricos e grupos sociais e étnicos, simplificações dos fatos históricos. Nele, existem diferentes personagens e modelos de interpretações em jogo.*

Para corroborar, Bittencourt (2004: 72) diz que

*o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca.*

Deste modo, o livro didático torna-se um “instrumento privilegiado de construção de identidade” (CHOPIN, 2004: 553), de forma ampla – quando através dele

se constrói a idéia de nação – e de forma restrita – quando se constrói a idéia de regionalidade.

## **2. O livro didático e suas representações**

De modo geral, na história do livro e as práticas de leitura no mundo ocidental destaca-se a obra de Roger Chartier. Em *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Chartier discute a imagem do livro na Europa nos séculos XIV e XVIII, destacando a relação entre leitor e obra. Reflete sobre a construção da imagem do autor, as regras de formação das comunidades leitoras e as significações utilizadas na edificação de bibliotecas. Em *Práticas da leitura*, livro organizado por Chartier, aborda-se o fenômeno da leitura, ou da não leitura, através dos tempos. Entre outros mostra como difusão da leitura foi fundamental para a Revolução Francesa.

Outro importante autor para embasar os estudos sobre a história do livro é Robert Darnton. Em *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*, Darnton (1995: 112) procura fazer uma análise do “circuito da comunicação” dos livros, isto é, o caminho a ser percorrido por uma obra do autor ao leitor – o que facilita a compreensão de como os livros surgem e se difundem entre a sociedade. Embora estas obras não contemplem uma análise específica sobre os livros didáticos, elas são de fundamental importância para o entendimento do tema, pois abordam os processos de produção e consumo de livros de modo geral.

No contexto da história do livro didático, em âmbito internacional, destaca-se Alain Choppin que, em sua obra *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*, apresenta as principais problemáticas identificadas e temas abordados pela pesquisa histórica sobre os livros e edições didáticas atualmente pelo mundo, destacando as tendências mais marcantes e as possíveis perspectivas de evolução.

No Brasil, existem estudos desenvolvidos sob as mais diversas abordagens sobre livro didático, como por exemplo, a representação dos negros nos livros didáticos de história, do mercado do livro didático no Brasil, da política do livro didático na Ditadura Militar, da ideologia nos livros didáticos de História.

A obra referência é *Livro Didático e Saber Escolar - 1810-1910*, de Circe Maria Fernandes Bittencourt. Nesta obra, a autora aborda a história do livro didático no processo de constituição do ensino escolar brasileiro no decorrer do século XIX e no início do século XX, acompanhando os movimentos que vão da sua concepção à sua utilização em sala de aula.

Outra importante obra é *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*, de Kazumi Munakata. Tese de doutorado defendida em 1997 na PUC-SP, ela busca descrever e analisar as práticas efetivas desenvolvidas por vários agentes que participam da produção do livro didático. Para isso, é analisada a dimensão do mercado brasileiro de livros didáticos, a relação desse mercado com as ações do Estado – principal consumidor desse produto –, mas também as reações e ações dos agentes efetivos nos vários momentos dessa relação.

Como importante base teórica para o entendimento da construção da identidade mato-grossense, *O Binóculo e a Pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana: 1920- 1940*, de Gilmara Yoshihara Franco, demonstra como se configurou a identidade mato-grossense nas linhas e entrelinhas do trabalho de Virgílio Corrêa Filho, reconhecido historiador mato-grossense.

### **3. O livro didático no Mato Grosso**

O período da República Velha (1889-1930) é marcado pela reordenação política do Brasil e dos seus diversos estados. Nesta época, as elites políticas e intelectuais de todo Brasil passam a trabalhar conjuntamente no projeto de construção de um novo governo – a República – e o esboço de composições identitárias, tanto nacional como regionais.

Intelectuais engajaram-se no esforço de construção do discurso de formação da identidade nacional, pautada, principalmente, numa visão nacionalista e progressista do Brasil. Nesse processo, coube à história utilizar-se de elementos da concepção geográfica do Brasil, a fim de exaltar as qualidades nacionais.

A busca por um novo ideal de nacionalidade, vinculados aos símbolos republicanos começavam a se delinear no início do século XX. De maneira que, além de construir a República enquanto instituição política e administrativa, houve também a

necessidade de construir os referenciais de pertencimento que vinculassem o passado àquele novo momento.

Segundo Franco (2009: 27),

*a República estabeleceu-se num contexto de pouca unidade política, sem um ideal consolidado historicamente no seio da sociedade brasileira, que alicerçasse a idéia e desse forma às práticas desse novo regime. Nasceu, ainda, em meio a uma sociedade extremamente fragmentada, que havia deixado há pouco de ser escravista e que não incorporou adequadamente negros, índios e pobres em geral ao novo regime de governo.*

Em Mato Grosso o processo não é diferente. Ainda segundo Franco (2009: 27), percebia-se neste estado,

*a partir desse dado momento, uma falta extrema de unidade política. A impressão que se tem é a de que a República abriu uma espécie de vácuo de poder, que logo transformou-se numa luta intensa pelo mando local, na qual as facções da elite vão se utilizar amplamente de bandos armados para se firmarem no poder.*

No entanto, a força das armas não se faz suficiente para governar um o povo. Construir uma memória coletiva que convença os mais amplos setores da população da uniformidade dos destinos tornou-se dura estratégia para a manutenção do poder com os grupos privilegiados. Isso impulsionou a produção de monumentos, símbolos e festividades cívicas que pudessem ser ensinado nas instituições escolares e disseminado nos demais segmentos sociais, ou seja, imagens determinadas do passado que passavam a fazer parte das estruturas do imaginário coletivo.

No contexto de Mato Grosso, a partir do início do século XX, foram produzidos livros que pudessem abarcar parte da memória local, pelos menos dos grupos políticos que se achavam donos do poder. Os dois principais livros que representam o período são: o *Quadro Corográfico de Mato Grosso* (1906) e o *Álbum Gráfico de Mato Grosso* (1914), ambos usados na formação identitária do mato-grossense, inclusive em salas de aula.

O *Quadro Corográfico de Mato Grosso*, de Estevão de Mendonça, pode ser considerado a obra que marca o início da construção memorialista do passado mato-grossense. Lançada em 1906, serviu de ferramenta didática tanto no tradicional Liceu Cuiabano, como na rede pública de ensino, e é avaliada, por Zorzato (apud FRANCO,

2009: 38), como a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense. Esta obra norteia em grande parte a confecção *Álbum Gráfico de Mato Grosso*, considerado a segunda publicação voltada à construção desta memória histórica.

Editado em 1914, o *Álbum Gráfico* foi elaborado com a finalidade de propagandar o estado, a obra “[...] deve ser vista como um corpo instrumental, cuja análise revela os parâmetros de uma identidade coletiva que é apresentada como referência à toda a sociedade mato-grossense”. (ZORZATO, 2000: 426). Patrocinado por empresários da cidade de Corumbá (hoje Mato Grosso do Sul) com o apoio do governo do estado de Mato Grosso, o *Álbum* também procurou mostrar, àqueles tivessem algum interesse em Mato Grosso, “as potencialidades econômicas do estado” (ZORZATO, 2000: 427).

O *Álbum Gráfico* tem, ao lado do objetivo explícito de divulgar uma parcela “desconhecida” do território brasileiro, outro intento. “Trata-se de um conjunto de representações, de um quadro de referências, a partir das quais os mato-grossenses constróem sua identidade. Algo que os coloca como pertencentes à nacionalidade, mas com brasileiros distintos” (ZORZATO, 2000: 428).

Neste sentido, os intelectuais mato-grossenses do início do século XX, no propósito de legitimar o poder político do grupo social ao qual faziam parte, passaram a “historicizar” seus heróis tornando-os, também, mato-grossenses. No *Álbum Gráfico*, por exemplo, o papel dos bandeirantes foi enfatizado, identificando-os como “desbravadores, homens audazes, capazes de desafiar os perigos impostos pelo sertão bravo”, enfim, “homens que tiveram a competência de enfrentar todas as dificuldades de seu tempo para ‘cumprir uma missão’: distender os limites do território nacional” (FRANCO, 2009: 83). Neste sentido, o bandeirante deixa de ser um sanguinário preador de índios para depois escravizá-los e tornar-se um agente civilizador das tribos do sertão, no sentido de qualificá-las a tomarem parte da sociedade mato-grossense.

Ainda no *Álbum Gráfico*, a imagem dos *defensores fronteiriços*, foi constrandamente exaltada. Na luta pela defesa da fronteira oeste do Brasil vários foram os “heróis” cultuados, dentre os quais destacam-se: Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º Capitão General da capitania de Mato Grosso, Ricardo Franco de Almeida Serra, engenheiro que projetou e ajudou na construção do Forte de Coimbra, e

Augusto Leverger (Barão de Melgaço), que na obra tem especial importância, pois foi tomado como referência enquanto modelo a ser seguido pelos mato-grossenses e como um dos pilares sobre o qual se assentou a história local.

A Guerra do Paraguai, tema que recebe grande atenção na obra, torna-se um dos tópicos centrais da atuação dos defensores fronteiriços, pois nela é demonstrado a colaboração de Mato Grosso na construção da territorialidade brasileira e de seus personagens na manutenção da integridade do espaço físico do país.

Os intelectuais mato-grossenses esforçaram-se na tarefa de criar laços históricos de ligação entre os grupos dominantes de Cuiabá e os defensores fronteiriços do passado. “Influenciados pelas doutrinas raciais da época, procuravam sobrepor alguns valores a fim de solapar traços considerados menos valorosos, vindos, por exemplo, dos índios e dos negros, ressaltando apenas traços inerentes a cultura européia, particularmente a portuguesa” (ZORZATO apud FRANCO, 2009: 54).

Ainda, segundo Franco (2009: 69), Cuiabá recebeu atenção especial dos intelectuais da época, como sendo o polo irradiador de civilidade na região oeste do Brasil. Estes buscavam construir “uma identidade mato-grossense com base nos valores que caracterizam o Cuiabano, ligado ao bandeirantismo e à mineração, aos defensores fronteiriços e a tudo o que havia sido desenvolvido sob a influência hegemônica de Cuiabá”.

A construção identitária de Mato Grosso teve no *Álbum Gráfico* seu ponto de partida, e sua análise revela parte desse processo de elaboração memorialista que ganhou força nos anos seguintes, particularmente com inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) e da Academia Mato-grossense de Letras (1921).

A identidade mato-grossense, construída nos início do século XX, colocou a elite cuiabana com herdeiras e descendentes dos heróis do passado. Defensora da fronteira e da integridade do território brasileiro. Povo corajoso, audaz, únicos capazes de empreender a dura tarefa de levar o progresso ao Mato Grosso, e principalmente a região entorno de Cuiabá.

Desta forma, segundo Franco (2009: 84),

*Toda essa carga simbólica, impregnada nas representações sobre o início da colonização de Cuiabá e Mato Grosso, transportada para os monumentos,*

*símbolos e festividades cívicas do estado. De maneira que, por meio dessas manifestações e da forma como o passado local era ensinado nas instituições escolares e disseminado nos demais segmentos sociais, essa imagem determinada do passado passou a fazer parte das estruturas do imaginário coletivo.*

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Leila Angélica Oliveira Moraes de. **“Para formação do bom Sergipano”**: Um estudo do livro didático ‘Meu Sergipe’ de Elias Montalvão (1916). II Congresso Brasileiro de História da Educação. Natal: SBHE, 2002. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0386.pdf> >, acessado em: 18 de março de 2011.

BAIRRO, Catiane Colaço de. **Livro didático: um olhar nas entrelinhas da sua história**. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas: HISTEDBR, 2009. Disponível em: < [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/Cj5GgE6L.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/Cj5GgE6L.doc) >, acessado em: 18 de março de 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e Saber Escolar - 1810-1910**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: Circe Maria Fernandes Bittencourt (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004, p. 69-90.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UnB, 1994.

\_\_\_\_\_. **Práticas de leitura**. São Paulo. Estação Liberdade, 1996.

CHOPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. In: Educação e Pesquisa, v. 30, nº 3. São Paulo: USP, 2004, p. 549-566.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultural e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O livro didático e a pedagogia do cidadão: o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ensino de História**. In: Saeculum: Revista de História, nº 13. João Pessoa: UFPB, 2005, p. 121 – 131.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **O Binóculo e a Pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana: 1920- 1940**. Dourados, MS: UFGD, 2009.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2000.

GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)**. Bauru: EDUSC; Uberlândia: EDUFU, 2004.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMANN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC-SP, 1997.

NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. **As belas mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. São Paulo: Moraes, 1979.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Zumbi e Tiradentes: herói racial versus herói nacional na memória didática**. História e-História, 2009. Disponível em: < <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=78> >, acessado em: 18 de março de 2011.

ZORZATO, Osvaldo. **Alicerces da identidade mato-grossense**. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 408. Rio de Janeiro: IHGB, 2000. p. 419-435.